

# Estatal fará negociação direta

por Cezar Faccioli  
do Rio

A Eletrobrás será a primeira estatal a negociar à parte com os credores privados o reescalonamento de sua dívida externa. A proposta tem o aval e a coordenação da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, e visa diminuir a concentração de compromissos externos entre 1989 e 1992, quando esses somam US\$ 7,9 bilhões.

Segundo o diretor econômico-financeiro da Eletrobrás, Luís Aníbal de Lima Fernandes, a falta de definição sobre a política tarifária é o principal problema pendente na negociação com credores privados e organismos multilaterais.

Para recolher ao Banco Central os 42% da dívida externa que vencem este ano (no total geral de US\$ 2,5 bilhões), a Eletrobrás precisaria de uma tarifa média de US\$ 51,5 por megawatt/hora. "Não chegamos no primeiro semestre a US\$ 34, com uma perda

expressiva em relação a 1987, quando depois da recuperação de tarifas promovida pelo ministro Bresser Pereira estávamos em US\$ 50", explica Lima Fernandes.

Por conta da defasagem tarifária e da demora na liberação dos recursos negociados junto ao Banco Mundial, não resta à Eletrobrás — que já está em atraso com a banca internacional — senão pedir ao Tesouro Nacional a rolagem integral de sua dívida externa.

Como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) anunciara no dia anterior, a Eletrobrás deixaria de recolher a parcela devida ao Tesouro (aproximadamente US\$ 1 bilhão). A negociação incluiria também o "relending" de uma parcela já recolhida aos cofres do Tesouro por débitos anteriores, também de US\$ 1 bilhão, através de entendimentos com o Banco do Brasil. O "relending" — reempréstimo interno — permitiria a rolagem dos compromissos já vencidos no primeiro semestre, abrindo caminho para a re-

negociação com os bancos privados em novos moldes e já foi autorizado pela Seplan. A proposta ao Banco Mundial foi formulada, e a missão do banco na Eletrobrás foi informada da disposição da empresa em obter uma linha de crédito de US\$ 750 milhões aberta às subsidiárias para investimentos em transmissão, distribuição e conservação de energia. Existe a possibilidade de um aporte de valor semelhante pelos japoneses (US\$ 750 milhões) com as mesmas características.

A idéia da Eletrobrás é conseguir um meio termo entre os empréstimos setoriais, de montantes mais expressivos, distribuição mais livre mas aprovação vinculada ao quadro geral da economia, e os empréstimos para projeto, que contam valores menores, de aprovação mais rápida mas exigem um número maior de negociações por subsidiária.

A linha de crédito viria a substituir, no período de 1990 a 1993, um empréstimo de desembolso rápido de

US\$ 325 milhões que foi cancelado pelo Banco Mundial. "Estava tudo acertado com o corpo técnico, quando a diretoria do Bird passou a exigir o aval do Fundo Monetário Internacional (FMI), e com isto derrubou nosso empréstimo e o da reformulação do sistema financeiro acertado pelo Banco Central", disse Lima Fernandes.

Com os organismos multilaterais, a principal dificuldade é a mesma da com os credores privados: a garantia da recuperação tarifária, num quadro em que o aumento real de tarifas públicas pode ser o combustível que falta para a hiperinflação, pela desorganização da estrutura de custos da economia.